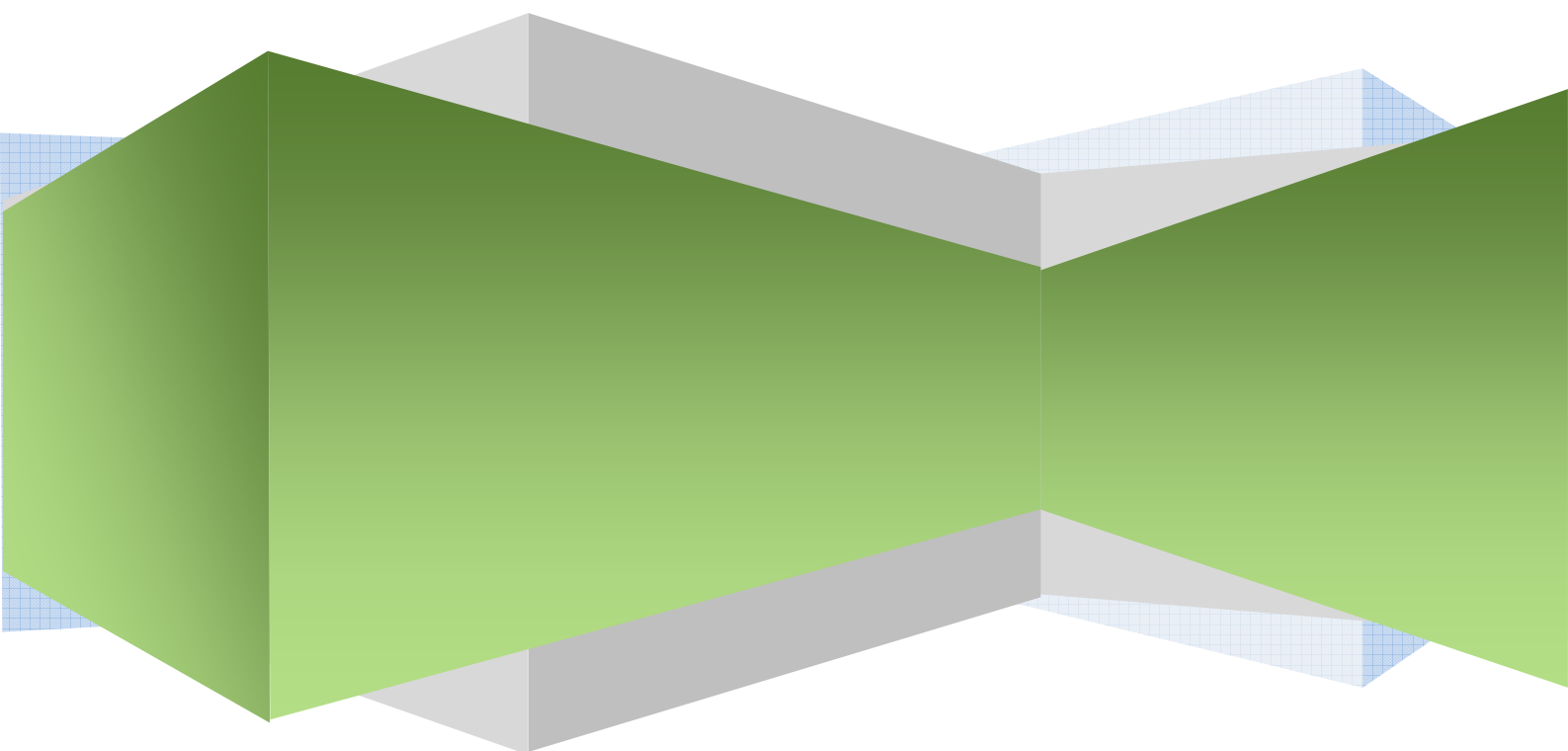




RESPOSTA AOS RECURSOS

SELEÇÃO PÚBLICA PARA ESTÁGIO – MPPE 2013

SISMETA CONSULTORIA E SERVIÇOS LTDA.



RESPOSTA AO RECURSO DA PROVA OBJETIVA

Prova: Direito Constitucional	
Questão contestada: nº 05	
Resposta Publicada: C	Resposta do Candidato: E
FUNDAMENTAÇÃO DO PROFESSOR	
Inscrição: 9436, 9460, 9538, 9638, 9748, 9894, 10847, 10934, 11115, 11140, 11699.	
De fato, a alternativa correta corresponde à letra “E” da questão número 05.	
Deste modo, encontra embasamento o pleiteado pelo requerente.	
Recurso provido.	
Gabarito alterado – Letra E	

RESPOSTA AO RECURSO DA PROVA OBJETIVA

Prova: Direito Constitucional	
Questão contestada: nº 06	
Resposta Publicada: C	Resposta do Candidato: D
FUNDAMENTAÇÃO DO PROFESSOR	
Inscrição: 9436, 9460, 9748, 9894, 9887, 10847, 10568, 11115, 11140, 11561, 11610.	
<p>De fato, a alternativa correta corresponde à letra “D” da questão número 06.</p> <p>Deste modo, encontra embasamento o pleiteado pelo requerente.</p> <p>Recurso provido.</p> <p>Gabarito alterado – Letra D</p>	

SELEÇÃO PÚBLICA PARA ESTÁGIO - MPPE2013

RESPOSTA AO RECURSO DA PROVA OBJETIVA

Prova: Direito Constitucional	
Questão contestada: nº 07	
Resposta Publicada: B	Resposta do Candidato: D
FUNDAMENTAÇÃO DO PROFESSOR	
<p>Inscrição: 9436, 9887, 11699</p> <p>A questão versa sobre a responsabilidade objetiva do Estado e sobre os atos de improbidade.</p> <p>A Constituição da República dispõe no art. 37, parágrafo 4º que “Os atos de improbidade administrativa importarão a suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, na forma e gradação previstas em lei, sem prejuízo da ação penal cabível”.</p> <p>Acontece que em nenhum momento a Constituição atribui expressamente a estas medidas a natureza de sanção, e, em verdade, nem todas têm esta natureza. Este é o caso em que se encontra a indisponibilidade dos bens, a qual possui caráter meramente acautelatório dos interesses do erário.</p> <p>Assim, não encontra guarida o pleito do requerente, restando o gabarito da questão 07 mantido.</p> <p>Recurso improvido.</p> <p>Gabarito mantido – Letra B</p>	

RESPOSTA AO RECURSO DA PROVA OBJETIVA

Prova: Direito Processual Penal	
Questão contestada: nº 22	
Resposta Publicada: C	Resposta do Candidato: E
FUNDAMENTAÇÃO DO PROFESSOR	
<p>Inscrição 9436, 9748</p> <p>De fato, a alternativa correta corresponde à letra “E” da questão número 22.</p> <p>Deste modo, encontra embasamento o pleiteado pelo requerente.</p> <p>Recurso provido.</p> <p>Gabarito alterado – Letra E</p>	

RESPOSTA AO RECURSO DA PROVA OBJETIVA

Prova: Direito Civil	
Questão contestada: nº 27	
Resposta Publicada: A	Resposta do Candidato: C
FUNDAMENTAÇÃO DO PROFESSOR	
<p>Inscrição 9436:</p> <p>Conforme o estabelecido pelo parágrafo 1º do artigo 1.571 do Código Civil “O casamento válido só se dissolve pela morte de um dos cônjuges ou pelo divórcio, aplicando-se a presunção estabelecida neste Código quanto ao ausente”.</p> <p>Deste modo, encontra-se falsa a alternativa “c”, a qual diz ser a separação judicial uma das formas de dissolução da sociedade conjugal.</p> <p>Assim, o requerente não faz jus ao que pleiteia, devendo ser mantido o gabarito da questão em análise.</p> <p>Recurso improvido.</p> <p>Gabarito mantido – Letra A</p>	

RESPOSTA AO RECURSO DA PROVA OBJETIVA

Prova: Direito Constitucional	
Questão contestada: nº 01	
Resposta Publicada: B	Resposta do Candidato: A
FUNDAMENTAÇÃO DO PROFESSOR	
<p>Inscrição: 9538, 9638</p> <p>A questão em comento versa sobre os direitos e garantias fundamentais.</p> <p>A alternativa “a” não se apresenta correta, uma vez que não se tem por pacificado pela doutrina o reconhecimento da característica da historicidade dos direitos fundamentais. Pontes de Miranda, por exemplo, atribui a esta categoria de direitos a condição de inatos. Tal característica, apontado pelo saudoso jurista alagoano, contraria a ideia de historicidade dos direitos fundamentais, uma vez que sendo inatos, ou seja, inerentes à condição de homem (gênero), seria encontrável, em qualquer tempo e espaço, atrelados à esta condição. Em contraponto, a historicidade é indicativa de um caráter evolutivo desses direitos e que se apresenta em várias dimensões (gerações).</p> <p>Assim, não tem procedência o pleiteado pelo requerente, sendo mantido o gabarito referente à questão.</p> <p>Recurso improvido.</p> <p>Gabarito mantido – Letra B</p>	

RESPOSTA AO RECURSO DA PROVA OBJETIVA

Prova: Direito Processual Civil	
Questão contestada: nº 36	
Resposta Publicada: B	Resposta do Candidato: A
FUNDAMENTAÇÃO DO PROFESSOR	
<p>Inscrição 9539:</p> <p>Em regra, a atuação da jurisdição se faz mediante provocação. Contudo, não é correto dizer que o processo jamais se iniciará por iniciativa do magistrado, existindo algumas exceções ao princípio da inércia. Neste sentido, dispõe o artigo 989 do Código de Processo Civil: “o juiz determinará, de ofício, que se inicie o inventário, se nenhuma das pessoas mencionadas nos artigos antecedentes o requerer no prazo legal”.</p> <p>Assim, não encontra guarida o pleito do requerente, restando o gabarito da questão 36 mantido.</p> <p>Recurso improvido.</p> <p>Gabarito mantido – Letra B</p>	

SELEÇÃO PÚBLICA PARA ESTÁGIO - MPPE2013

RESPOSTA AO RECURSO DA PROVA OBJETIVA

Prova: Direito Constitucional	
Questão contestada: nº 05	
Resposta Publicada: C	Resposta do Candidato:A
FUNDAMENTAÇÃO DO PROFESSOR	
<p>Inscrição 9887:</p> <p>A alternativa “A” está errada. Ao contrário do afirmado pelo requerente as expressões “emprego público” e “cargo público” não são sinônimas.</p> <p>Contudo, a alternativa correta corresponde à letra “E” da questão número 05, e não à letra “C”, como divulgado.</p> <p>Deste modo, encontra embasamento a alteração do gabarito em conformidade com outros recursos interpostos à mesma questão, mas não o pleiteado pelo requerente.</p> <p>Recurso improvido.</p> <p>Gabarito alterado – Letra E</p>	

SELEÇÃO PÚBLICA PARA ESTÁGIO - MPPE2013

RESPOSTA AO RECURSO DA PROVA OBJETIVA

Prova: Direito Penal	
Questão contestada: nº 15	
Resposta Publicada: B	Resposta do Candidato: A
FUNDAMENTAÇÃO DO PROFESSOR	
Inscrição 9887: A questão versa sobre os crimes de falsidade. A alternativa “A” não se apresenta correta, pois o crime de falsificação de papéis públicos admite a forma tentada, sendo o crime de petrechos de falsificação absorvido por aquele. Na alternativa “E” a afirmação é no sentido de que o fim de obtenção de lucro é indiferente para a punição. Tal assertiva não se encontra acertada, uma vez que o parágrafo único do artigo 302, do Decreto-lei 2848/40, torna o crime qualificado quando realizado com este fim. Não afirma a alternativa “E” ser desnecessária a identificação do fim de lucro à caracterização do crime em tela, mas a afirmação é no sentido de que este fim seria isento de consideração para a aplicação da pena. Assim, resta mantido o gabarito da questão. Recurso improvido. Gabarito mantido – Letra B	

SELEÇÃO PÚBLICA PARA ESTÁGIO - MPPE2013

RESPOSTA AO RECURSO DA PROVA OBJETIVA

Prova: Direito Civil	
Questão contestada: nº 25	
Resposta Publicada: E	Resposta do Candidato: B
FUNDAMENTAÇÃO DO PROFESSOR	
<p>Inscrição 9887:</p> <p>A lei de introdução ao Código Civil foi recentemente alterada pela lei 12.376/10, porém a modificação se ateve à ementa do Decreto-lei 4657/42, o qual passou a ser designada como “lei de introdução às normas do Direito Brasileiro”. Deste modo, o corpo do diploma legal manteve o mesmo texto anterior à referida alteração. Assim, a alínea “e”, do artigo 15 do Decreto-lei continua a fazer referência ao Supremo Tribunal Federal.</p> <p>Contudo, há que se considerar que a Emenda Constitucional 45/04 alterou a competência do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça, passando este a ser o órgão competente para a homologação de sentenças estrangeiras (artigo 105 da Constituição da República).</p> <p>Destarte, o requerente não faz jus ao que pleiteia, devendo ser mantido o gabarito da questão em análise.</p> <p>Recurso improvido.</p> <p>Gabarito mantido – Letra E</p>	

SELEÇÃO PÚBLICA PARA ESTÁGIO - MPPE2013

RESPOSTA AO RECURSO DA PROVA OBJETIVA

Prova: Direito Processual Penal	
Questão contestada: nº 19	
Resposta Publicada: B	Resposta do Candidato: E
FUNDAMENTAÇÃO DO PROFESSOR	
Inscrição:10934, 10539	
<p>A questão versa sobre a disciplina relativa às provas em processo penal.</p> <p>De fato, o silêncio do acusado não poderá ser tomado como confissão e nem ser interpretado em seu desfavor. Contudo, não se pode considerar revogado o disposto no artigo 198 do Código de Processo Penal pátrio, pois, independentemente da alteração do parágrafo único do artigo 186, a interpretação do dispositivo deve ser feita em consonância com a Constituição.</p> <p>Deste modo, é possível que o silêncio do acusado possa constituir elemento de convencimento do magistrado, desde que não seja em seu prejuízo.</p> <p>Assim, deve-se considerar mantido o gabarito divulgado para a questão.</p>	
Recurso improvido.	
Gabarito mantido – Letra B	

SELEÇÃO PÚBLICA PARA ESTÁGIO - MPPE2013

RESPOSTA AO RECURSO DA PROVA OBJETIVA

Prova: Direito Civil	
Questão contestada: nº 25	
Resposta Publicada: E	Resposta do Candidato: A
FUNDAMENTAÇÃO DO PROFESSOR	
<p>Inscrição 10934:</p> <p>A lei de introdução ao Código Civil foi recentemente alterada pela lei 12.376/10, porém a modificação se ateve à ementa do Decreto-lei 4657/42, o qual passou a ser designada como “lei de introdução às normas do Direito Brasileiro”. Deste modo, o corpo do diploma legal manteve o mesmo texto anterior à referida alteração. Assim, a alínea “e”, do artigo 15 do Decreto-lei continua a fazer referência ao Supremo Tribunal Federal.</p> <p>Contudo, há que se considerar que a Emenda Constitucional 45/04 alterou a competência do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça, passando este a ser o órgão competente para a homologação de sentenças estrangeiras (artigo 105 da Constituição da República).</p> <p>Destarte, o requerente não faz jus ao que pleiteia, devendo ser mantido o gabarito da questão em análise.</p> <p>Recurso improvido.</p> <p>Gabarito mantido – Letra E</p>	

SELEÇÃO PÚBLICA PARA ESTÁGIO - MPPE2013

RESPOSTA AO RECURSO DA PROVA OBJETIVA

Prova: Direito Penal	
Questão contestada: nº 13	
Resposta Publicada: D	Resposta do Candidato: B
FUNDAMENTAÇÃO DO PROFESSOR	
<p>Inscrição: 11140, 11561.</p> <p>A questão diz respeito ao crime de roubo, descrito no artigo 157 do Decreto-lei n. 2848/40 (Código Penal brasileiro).</p> <p>Sobre o tema reside grande confusão feita pela doutrina e jurisprudência acerca da denominação, o que ressalta a necessidade de tratamento técnico adequado.</p> <p>No que diz respeito à taxonomia das circunstâncias do crime, estas podem ser classificadas em: a) circunstâncias gerais; e b) circunstâncias legais. A circunstância qualificadora, também denominada circunstância-elementar, é representativa desta última categoria. Difere, porém, das demais circunstâncias legais pelo fato de não incidir nas fases da dosimetria da pena, pois sua influência é verificada pela alteração da pena abstratamente cominada, e que, no caso, é ampliada em relação ao tipo simples.</p> <p>Assim, nota-se pelo disposto no artigo 157 referido que a circunstância do concurso de agentes no crime de roubo não possui o mesmo efeito que teria no crime de furto (artigo 155 do mesmo diploma), uma vez que neste (o crime de furto) funciona como verdadeira circunstância qualificadora, ampliando o parâmetro da pena abstratamente cominada em relação ao tipo simples previsto no caput do artigo. Ao contrário, no crime de roubo a mencionada circunstância atua como causa de aumento de pena, portanto, tem incidência na terceira fase da dosimetria da pena, sendo o roubo praticado nestas condições um roubo majorado e não qualificado como viciosamente é chamado.</p> <p>Deste modo, não procede ao pleiteado pelo requerente, sendo o gabarito mantido.</p> <p>Recurso improvido.</p> <p>Gabarito mantido – Letra D</p>	

SELEÇÃO PÚBLICA PARA ESTÁGIO - MPPE2013

RESPOSTA AO RECURSO DA PROVA OBJETIVA

Prova: Direito Penal	
Questão contestada: nº 15	
Resposta Publicada: B	Resposta do Candidato: E
FUNDAMENTAÇÃO DO PROFESSOR	
<p>Inscrição 11140:</p> <p>A questão versa sobre os crimes de falsidade.</p> <p>Na alternativa “E” a afirmação é no sentido de que o fim de obtenção de lucro é indiferente para a punição. Tal assertiva não se encontra acertada, uma vez que o parágrafo único do artigo 302, do Decreto-lei 2848/40, torna o crime qualificado quando realizado com este fim.</p> <p>Não afirma a alternativa “E” ser desnecessária a identificação do fim de lucro à caracterização do crime em tela, mas a afirmação é no sentido de que este fim seria isento de consideração para a aplicação da pena.</p> <p>Assim, resta mantido o gabarito da questão.</p> <p>Recurso improvido.</p> <p>Gabarito mantido – Letra B</p>	

SELEÇÃO PÚBLICA PARA ESTÁGIO - MPPE2013

RESPOSTA AO RECURSO DA PROVA OBJETIVA

Prova: Direito Constitucional	
Questão contestada: nº 07	
Resposta Publicada: B	Resposta do Candidato: D
FUNDAMENTAÇÃO DO PROFESSOR	
<p>Inscrição: 9460</p> <p>A questão versa sobre a responsabilidade objetiva do Estado e sobre os atos de improbidade.</p> <p>É inegável a incidência da responsabilidade objetiva do Estado, mas no que diz respeito aos agentes públicos o dolo e a culpa devem ser apreciados, ou seja, em relação a estes não é possível a imposição do dever de reparar calcada em responsabilidade objetiva.</p> <p>Por outro lado a Constituição da República dispõe no art. 37, parágrafo 4º que “Os atos de improbidade administrativa importarão a suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, na forma e gradação previstas em lei, sem prejuízo da ação penal cabível”.</p> <p>Acontece que em nenhum momento a Constituição atribui expressamente a estas medidas a natureza de sanção, e, em verdade, nem todas têm esta natureza. Este é o caso em que se encontra a indisponibilidade dos bens, a qual possui caráter meramente acautelatório dos interesses do erário.</p> <p>Assim, não encontra guarida o pleito do requerente, restando o gabarito da questão 07 mantido.</p> <p>Recurso improvido.</p> <p>Gabarito mantido – Letra B</p>	